

# VI seminário CETROS

**CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL**

desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



## LIMITES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E DO ESTADO NO CAPITALISMO

Wagner Pires da Silva<sup>1</sup>

Paulo Henrique Freitas Maciel<sup>2</sup>

Erlene Pereira Barbosa<sup>3</sup>

### Resumo:

O Estado é uma construção histórico-social dos homens, como tal, ele reflete as relações entre estes. Para Marx o Estado é uma ferramenta da classe dominante para manter o *status quo* e garantir que as demais classes permaneçam subjugadas. Nas primeiras décadas do século XXI, o Estado brasileiro foi identificado como motor de mudanças nas relações de trabalho e como indutor de melhorias para as classes menos favorecidas, ao mesmo tempo em que se buscava diminuir as desigualdades sociais por meio de diversas políticas públicas. A interrupção do governo Dilma e a consequente derrocada do Partido dos Trabalhadores do poder, levou também a reversão de boa parte das medidas inclusivas pelo governo atual e, ainda, reformas no Estado que diminuíram direitos dos mais pobres e ampliam a exploração dos trabalhadores. Essa conjuntura demonstra que a superação das desigualdades históricas da sociedade brasileira está relacionada com a superação do Estado burguês e de seus limites econômicos, financeiros e sociais. O presente trabalho procura realizar essa discussão na qual apresenta as políticas públicas e o Estado que as implementa são limitadas pelo sistema capitalista, apontado que as contradições sociais intrínsecas ao capital não podem ser suprimidas por um Estado que é ferramenta de dominação e perpetuação do sistema capitalista.

Palavras-Chaves: Estado; Trabalho; Políticas Públicas

### 1. Introdução

Após o desmonte do socialismo dito “real”, na Europa Oriental, acentuou-se a tendência de realizar reformas pontuais no Estado para que este pudesse atender as reivindicações da classe trabalhadora e dotar o capitalismo de uma face humana. Essa

<sup>1</sup> Mestre em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior. Administrador na Universidade Federal do Cariri. E-mail: wagner.pires@ufca.edu.br

<sup>2</sup> Doutorando em Educação na UFC. Mestre em Educação. Economista da Universidade Federal do Cariri. E-mail: paulo.freitas@ufca.edu.br

<sup>3</sup> Graduanda em Ciências Sociais na UFC. Pedagoga com Especialização em Psicopedagogia. E-mail: erlene2013@gmail.com

## VI seminário CETROS

**CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL**

desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



proposição, somada, em alguns países a uma aliança com os setores considerados progressistas das burguesias nacionais acabou por levar diversos partidos de esquerda à vitória eleitoral em seus países e a aplicação desse ideário na formulação das políticas públicas. No entanto, a busca de uma saída burguesa para a crise econômica desencadeada em 2008 nos países centrais do capitalismo, ampliou a necessidade de exploração dos trabalhadores e dos países periféricos, como observa Frigotto:

As mudanças científicas e técnicas de natureza digital-molecular cada vez mais concentradas nos grandes grupos detentores do capital, permitem, ao mesmo tempo, vários fenômenos: os centros hegemônicos do capital impõem os seus interesses às demais nações, penetrando em seus mercados e restringindo que estas possam fazer o mesmo. (...) Estes mesmos centros deslocam seus investimentos produtivo ou especulativos para onde dão mais lucro sem nenhum compromisso com as populações locais; por fim, a estratégia dos setores produtivos é incorporar cada vez mais tecnologia e novas formas organizacionais, aumentando a produtividade e exigindo cada vez menos trabalhadores. (FRIGOTTO, 2005, p.69-70).

Foi essa imposição dos interesses das nações ricas que aprofundou a crise fiscal dos países periféricos, enquanto elevava o desemprego e a inflação, minando o apoio popular aos governos reformistas. Diante disso, esses governos tiveram de ser substituídos, utilizando ou não os mecanismos democráticos burgueses, e a consequente reversão dessas políticas, em diversos países.

Tornou-se comum, na academia, a realização de trabalhos teóricos e empíricos que focam na sustentabilidade, no desenvolvimento regional sustentável, nas iniciativas de gestão social, em ferramentas como as Tecnologias de Inovação Social e as tentativas de reforma do Estado. No entanto, essas tentativas de, dentro dos marcos do capital, buscar a diminuição das desigualdades sociais e a conquista de direitos para populações desassistidas, tendem a ser paliativos que asseguram a permanência do sistema e de mitos como o que reafirmam que sob o capitalismo “o sol brilha para todos”. A busca por melhorias para os trabalhadores por dentro do Estado burguês e de suas instituições e políticas, apenas mascara a luta de classes, impedindo que os trabalhadores se reconheçam como classe e entendam que o econômico não pode ser separado do político (TRAGTEMBERG, 2005). Afinal, o objetivo do Capital é valorizar-se continuamente,

# VI seminário CETROS

**CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL**

desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



(...) em escala crescente e, por isso, ele desencadeia um processo de desenvolvimento das forças produtivas e da organização do processo de trabalho pelo trabalhador, de sorte a diminuir o mais possível as lacunas da jornada de trabalho. A divisão técnica do trabalho vem ao encontro dos interesses do capital, assim como o avanço técnico e tecnológico que simplifica o trabalho, fazendo com que não haja necessidade de qualificações específicas para realizá-lo. A intenção é a de aumentar a escala de produção diminuindo os custos, o que implica também em reduzir os gastos com a força de trabalho (OLIVEIRA, 2006, p. 114).

Daí a diminuição, não apenas dos salários, mas também dos investimentos, em saúde, educação e outros, pelo Estado aos trabalhadores. O contexto exposto acima pode ser compreendido levando em conta o entendimento que Marx (2006) tem sobre o Estado. Este trabalho vai buscar apresentar as limitações que o sistema capitalista impõe ao Estado e às políticas públicas, principalmente quando estas vão de encontro às necessidades e interesses do capital. Para isto, a pesquisa vai utilizar o conceito de Trabalho em Marx e apontar as necessidades de superação do Estado Burguês, visto aqui sob a perspectiva marxista de que o Estado “não é mais do que um comitê para administrar os negócios coletivos de toda a classe burguesa” (MARX & ENGELS, 2015, p. 65). Assim, as políticas públicas aplicadas pelo Estado também seguem o preceituário determinado pela classe burguesa, sendo importante para o que se propõe este trabalho entender o que são as políticas públicas e como elas são definidas e aplicadas pelo Estado.

## 2. Políticas públicas

De acordo com Secchi (2014, p. 1) as políticas públicas “tratam do conteúdo concreto e do conteúdo simbólico de decisões políticas, e do processo de construção e atuação dessas decisões”, sendo, por fim, “uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público” (SECCHI, 2014, p. 2).

Em fins do século XX, as mudanças ocorridas na sociedade brasileira, com o fim do regime militar, acabaram por influenciar o Estado tomar o papel de dar mais equidade às oportunidades e condições de vida dos brasileiros a fim de amadurecer o processo de desenvolvimento (SILVA & BASSI, 2012). A efetivação desse papel passa por políticas públicas que “permitam inferir na transformação de uma realidade social a partir da intervenção do Estado em determinado local” (SILVA & BASSI, 2012, p. 15-16).

## VI seminário CETROS

**CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL**

desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



Para Silva e Bassi (2012), embora as políticas públicas sejam materializadas pelos governos, ela envolve diversos atores, os quais não se restringem apenas a participantes formais da gestão do Estado. De acordo com Secchi (2014) o envolvimento desses atores define a abordagem dada às políticas públicas, sendo uma abordagem estatista, que considera as políticas públicas como sendo exclusivamente promovidas pelo Estado e a abordagem multicêntrica, que considera que além do Estado, organizações privadas, Organizações Não-Governamentais, entre outros atores, também são protagonistas das políticas públicas, operando junto com o Estado.

Dentro da perspectiva de mercado, a abordagem multicêntrica tem prevalecido, notadamente nas áreas em que a iniciativa privada possa explorar como um negócio, afinal “a influência política visando ao ganho econômico é um fenômeno muito real neste mundo em que vivemos” (SEN, 2010, p. 164). Essa abordagem faz-se necessária, de acordo com Sen (2010, p. 169) por conta da “necessidade de equilibrar o papel do governo – e de outras instituições políticas e sociais – com o funcionamento dos mercados”. O Estado, continua Sen (2010), suplementaria os mecanismos de mercado com outras atividades institucionais. Longe de apoiar um liberalismo clássico, o autor defende que a intervenção estatal possa auxiliar o mercado.

Apesar das postulações por um capitalismo menos agressivo, cada vez mais, o mercado avança sobre setores, antes considerados de exclusiva atuação estatal. Assim, uma série de reformas são aplicadas para diminuir a presença do Estado nessas áreas e abri-las para a exploração comercial. De acordo com Ianni (2004), essas reformas levam a transformações drásticas nas relações do Estado com a sociedade, onde o que se procura é

(...) reduzir a presença do Estado, em termos de planejamento governamental e empresas produtivas estatais, mas garantindo as regras do jogo de tal modo que as forças econômico-financeiras privadas possam desenvolver-se. Privatizam-se empresas e setores das atividades, tais como a educação, saúde e previdência, nos quais passa a desenvolver-se empresas privadas nacionais e transnacionais (IANNI, 2004, p. 52).

Esse receituário, que ficou conhecido como neoliberalismo afeta a execução das políticas públicas por parte do governo, principalmente as de caráter redistributivo, e, ainda,



**VI seminário CETROS**  
**CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL**  
desafios para a classe trabalhadora

---

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE  
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



delega serviços do Estado à iniciativa privada, o que impacta diretamente as populações mais pobres (MENDES ET ALL, 2010).

As políticas públicas estão intrinsecamente relacionadas ao Estado e ao modelo que este, busca se adequar. O Estado burguês, mesmo que realize a estatização dos meios de produção, “implantando um capitalismo de Estado, ele jamais poderá favorecer qualquer processo que ameace as relações capitalistas, que são a base fundamental de sua existência” (MARTORANO, 2002, p. 26). Portanto é preciso entender o Estado em sua forma burguesa para que fique claro que suas políticas públicas estão limitadas porque o mesmo possui limites estabelecidos pela classe dominante.

### 3. Estado

Os homens começam a se diferenciar dos outros animais quando começam a produzir a sua existência, pois, “ao produzirem a sua existência, os homens produzem imediatamente a sua vida material” (MARX e ENGELS, 2006, p. 44). Essa produção da vida material, continuam os autores, acaba por estabelecer entre os homens relações sociais e políticas determinadas. Dessas relações nasce o Estado:

A estrutura social e o Estado nascem continuamente do processo vital de indivíduos determinados, porém esses indivíduos não podem parecer à imaginação própria ou dos outros, mas tal e qual realmente são, isto é, tal como atuam e produzem materialmente e, portanto, tal como desenvolvem suas atividades sob determinadas limitações, pressupostos e condições materiais independentemente de sua vontade (MARX e ENGELS, 2006, p. 50-51).

Em outras palavras, mesmo a produção de ideias, representações e da consciência, provêm da atividade material humana, sendo determinadas por elas, o que leva ao fato de que as ideias dominantes em determinada sociedade são as da classe dominante dessa sociedade, uma vez que, “a classe que dispõe dos meios de produção material também dispõe dos meios de produção espiritual” (MARX e ENGELS, 2006, p.78).

Controlando a produção espiritual, a burguesia pôde formular e moldar a sua concepção de Estado, o qual segundo Marx é necessária, porque como classe, a burguesia precisa de uma organização nacional para que seus interesses possam ter uma forma

## VI seminário CETROS

**CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL**

desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



universal, dando ao Estado uma existência particular, fora da sociedade civil, no entanto “tal Estado não é mais do que a forma de organização que os burgueses adotam, tanto para garantir reciprocamente a sua propriedade e a de seus interesses tanto em seu interior, quanto externamente” (MARX e ENGELS, 2006, p. 98). Para os autores, sendo o Estado uma forma pela qual a classe dominante faz valer seus direitos, então, as instituições, que recebem delem sua forma política, se prestam ao mesmo papel, pois as classes dominantes, afirma Engels (2014, p. 300-301) “mantêm a população trabalhadora na servidão não só mediante o poder de sua riqueza, pela simples exploração do trabalho pelo capital, mas também pelo poder do Estado – pelo exército, pela burocracia, pelos tribunais”.

Esse Estado, segundo Mascaro (2015, p. 24) “não é ocasionalmente capitalista, e sim necessariamente capitalista”. A forma de organização estatal é específica do capitalismo, estando a serviço da manutenção do sistema. Depreende-se isso do fato que “as relações sociais estão intimamente ligadas às forças produtivas. Adquirindo as novas forças produtivas, os homens mudam o seu modo de produção, e mudando o modo de produção, a maneira de ganhar a vida, mudam todas as suas relações sociais” (MARX, 2008, p. 135). Ou seja, o Estado, em sua configuração atual, não existia durante o feudalismo, ou durante o modo de produção escravista, mas foi constituído, como observado, pela burguesia para consolidar e defender seu domínio sobre a sociedade. Para a burguesia o Estado seria “uma organização política, administrativa e jurídica que se constitui com a existência de um povo em um território fixo e submetido a uma soberania” (SILVA & BASSI, 2012, p. 16). Como observado até aqui, essa soberania é exercida por meio dos governos, que exercem a gestão da coisa pública, seguindo os preceitos do sistema capitalista, uma vez que

(...) o Estado revela-se principalmente um vasto aparelho administrativo, de tal forma que os governantes se mostram como funcionários recitando principalmente diretrizes de cunho econômico-financeiras, em geral de acordo com as orientações ou injunções de corporações transnacionais e organizações multilaterais (IANNI, 2004, p. 51)

Para superar esse Estado é preciso que a classe trabalhadora se identifique como classe, e mais como classe explorada, oprimida e entenda que sua libertação implica no surgimento de uma nova sociedade, onde as relações sociais atuais não podem mais existir:

# VI seminário CETROS

**CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL**

desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



A classe laboriosa substituirá, no decorrer de seu desenvolvimento, a antiga sociedade civil por uma associação que excluirá as classes e seu antagonismo, e não haverá mais poder político propriamente dito, visto que o poder político é o resumo oficial do antagonismo na sociedade civil (MARX, 2008, p. 191-192)

Quando Marx fala sobre a substituição da antiga sociedade civil e de não haver mais poder político propriamente dito, ele faz referência ao fato de que “a classe operária não pode simplesmente de apossar da máquina estatal tal como ela se apresenta e dela servir-se para fins próprios” (MARX, 2014, p. 235). Como dito acima, o Estado foi moldado de acordo com as necessidades da burguesia. É preciso que ele seja modificado para atender as necessidades proletárias, pois “a dominação política dos produtores não pode coexistir com a perpetuação da sua escravidão social” (MARX, 2014, p. 241). E esta tarefa, continua, Marx, não é algo simples, os trabalhadores,

Sabem, que para atingir sua própria emancipação e, com ela, essa forma superior de vida para a qual a sociedade atual, por seu próprio desenvolvimento econômico, tende irresistivelmente, terão de passar por longas lutas, por uma série de processos históricos que transformarão as circunstâncias e os homens. Eles não têm nenhum ideal a realizar, mas querem libertar os elementos da nova sociedade dos quais a velha e agonizante sociedade burguesa está grávida (MARX, 2014, p. 242).

Novas relações sociais, novo Estado. Mas, o que caracteriza as relações que mantêm o atual modelo de Estado e que, reciprocamente, são mantidas por ele?

## 4. Trabalho

Em todas as organizações criadas pelo homem o Trabalho é imprescindível. Para Marx (2002), apenas quando transformamos a natureza por meio do Trabalho é que o ser humano se diferencia dos outros animais, em uma relação dialética em que homem e natureza transformam a ambos. É sob esse fundamento, as relações de trabalho, que se assenta o Estado. Na atual sociedade capitalista o “homem é entendido como produtor de mercadorias, que deve voltar toda a sua vida para atender às exigências do modo de produção capitalista, tendo seu trabalho simplificado e barateado para possibilitar a geração de mais-valia para o capital” (SCAFF, 2006, p. 53).

## VI seminário CETROS

**CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL**

desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



Para Marx as categorias econômicas são, antes de qualquer coisa, relações estabelecidas entre pessoas e os fatos têm que serem analisados de modo que se descubra quais relações são dominantes em um dado concreto. No capitalismo, existe uma classe que vende a sua força de trabalho para sobreviver e outra que é dona dos meios de produção e que se apropria dos resultados do trabalho, ou seja, da produção.

No capitalismo o trabalhador fica cada vez mais pobre à medida que o seu trabalho produz mais riqueza (expressa em objetos). Segundo Marx (2002, p.111) “Com a valorização do mundo das coisas, aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens.” Esta produção de riqueza na sociedade capitalista, e a continuidade deste modo de produção, aprofunda a relação de domínio do capital sobre o trabalhador, aumentando ainda mais a distância entre as pessoas, que se transformaram em objetos num sistema que insiste em impor sua lógica perversa, utilizando-se de suas muitas facetas para continuar reproduzindo estas relações desumanas. É nesse sentido que para Marx a sociedade ao produzir sob estas relações capitalistas, reproduz esta dinâmica destrutiva: “O trabalho não produz apenas mercadorias; produz-se também a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e justamente na mesma proporção com que produz bens” (MARX, 2002, p.111).

Assim, o conceito de alienação de Marx é uma crítica a esta forma de trabalho que leva à desumanização das relações entre as pessoas. A superação do sistema capitalista deve apreender esta crítica e conceber uma forma de trabalho na qual o ser humano se emancipe da alienação e intervenha neste mundo de forma ativa, não somente na produção de sua existência física, mas de um modo que possa desenvolver todas as suas potencialidades.

A raiz da crítica que Karl Marx faz nos “Manuscritos Econômico-filosóficos” está na relação estabelecida entre o trabalhador e a produção. Por se tratar aqui de uma relação alienada, de servidão, escravidão, as outras relações serão consequência desta. Dessa forma, se esta relação é alienada, não basta tentar modificar alguns aspectos considerados ruins, como, por exemplo, reivindicar uma melhor distribuição de renda, sem levar em consideração a lógica que preside todo este modo de produção. Nesse sentido, Marx critica Proudhon quando este propõe uma igualdade de rendas:



## VI seminário CETROS

**CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL**

desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



Um *aumento de salários* forçado (deixando de lado todas as outras dificuldades e, sobretudo, de tal anomalia só poderia manter-se pela força) não passaria de uma *melhor remuneração dos escravos* e não restituiria o significado e valor humanos nem ao trabalhador, nem ao trabalho. (MARX, 2002, p.121)

Assim, ao pensar uma forma de organização da sociedade, onde os meios de produção não mais sejam propriedade privada de indivíduos ou grupos de indivíduos e onde as decisões do que produzir sejam tomadas com a efetiva participação de todos envolvidos diretamente no processo de produção, temos que estabelecer uma nova relação das pessoas com o seu trabalho, ou seja, a superação desta sociedade capitalista é, ao mesmo tempo, a superação do trabalho alienado.

Superar o modo de produção capitalista é também superar o Estado atual, que organiza as relações de trabalho. No entanto, uma parte considerável dos críticos do capitalismo, acreditam que é possível, dentro dos marcos do capitalismo e do Estado burguês, realizar reformas que possibilitem a diminuição das desigualdades.

### **5. A busca de outra lógica dentro do sistema**

As últimas décadas do século XX, nos países centrais, assistiu ao recrudescimento das políticas liberais, no que ficou conhecido como neoliberalismo. De acordo com Grespan (2015) o Estado chamado keynesiano, financiador da saúde, da educação, transporte e moradia, barateando a força de trabalho para os capitalistas ruiu. Essas atribuições foram repassadas para a iniciativa privada, no entanto ainda havia uma demanda social, não atendida pelas empresas que passaram a explorar estas áreas. É para preencher essa lacuna, que surgem as Organizações Não-Governamentais – ONG's na década de 1990.

ONG's, movimentos sociais e outros atores sociais tentaram ocupar o espaço deixado pelo Estado e levar suas demandas para além da lógica de Mercado. Para tanto buscam a construção de soluções coletivas que levem em consideração a realidade das regiões em que atuam. Dessa forma, efetivando a da chamada gestão social entendida como “o processo gerencial dialógico onde a autoridade decisória é compartilhada entre os participantes da ação (ação que possa ocorrer em qualquer tipo de sistema social – público, privado ou de organizações não-governamentais)” (TENÓRIO, 2008, p. 104).

## VI seminário CETROS

**CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL**

desafios para a classe trabalhadora

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE

(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



Pensando na assistência às populações de territórios historicamente excluídos pelo Estado e pela dinâmica do sistema capitalista, diversos atores sociais começaram a utilizar ferramentas do chamado Desenvolvimento Regional Sustentável, que seria a busca de um crescimento econômico eficiente e racional, por meio de ações que supririam as necessidades da humanidade no presente, sem tirar das gerações futuras o direito de também terem as suas necessidades supridas (CHACON,2007). Toda a perspectiva de classe é ignorada em nome da cidadania, evitando assim os questionamentos da exploração e das contradições intrínsecas do sistema, que perpetuam as desigualdades.

A Gestão Social trata-se de um modelo de Gestão, cuja ênfase não está posta no contexto economicista. O exercício da gestão deve abandonar as premissas individualistas e buscar a prática de construção coletiva da administração. Isso implica estimular a participação da sociedade, num contexto de cidadania ampla, onde a sociedade civil se veja inclusa nas decisões da gestão. As Ações de democracia direta realizadas nos Movimentos Sociais, o planejamento e a atuação de ONG's que, sem fins lucrativos, atuam junto a comunidades carentes e/ou a públicos específicos, constituem experiências participativas importantes para a ampliação da Gestão social, uma vez que, como observa Tenório (2008), é preciso inverter os binômios Estado – Sociedade e Capital – Trabalho para Sociedade – Estado e Trabalho – Capital, sinalizando que a Sociedade e o Trabalho precisam ser os protagonistas dessa relação.

Essa conjugação de esforços, longe de atuar para a superação do sistema, auxilia na sua justificação, como diz Grespan (2015, p. 154), ao falar sobre as ONG's, “evidentemente elas são funcionais para o sistema capitalista, contribuindo para a sua reprodução. Por isso não vão revolucionar nada, ao contrário: na melhor das hipóteses, podem ajudar o capital a continuar se acumulando”.

Como observado, a Gestão Social e outras formas de atuação dentro dos marcos do sistema capitalista, não tocam em um ponto importante, que é a questão de quem se apropria do valor produzido pelo trabalho. Assim, embora acreditem escapar da lógica do mercado, permanecem subordinados a ela, fazendo ainda que comunidades inteiras sejam integradas no processo de reprodução do Capital.

**VI seminário CETROS**  
**CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL**  
desafios para a classe trabalhadora

---

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE  
(Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



## 6. Conclusão

Estando o Estado organizado para defender os interesses do sistema capitalista, ele não pode implementar políticas públicas que escapem da lógica do Mercado, realizando pequenas concessões que objetivam a perpetuação do sistema. Essas políticas, geralmente traduzidas em acesso a serviços e direitos básicos para a população trabalhadora, são, ao primeiro sinal de crise do capital, suspensas e/ou extintas, como observa Ianni, “em nome da ‘modernização’, ‘produtividade’, ‘competitividade’, ‘qualidade total’, ‘lucratividade’, ‘entrada no primeiro mundo’, são muitas as elites empenhadas em satanizar e mutilar as conquistas político-econômicas e socioculturais que se haviam realizado com base em projetos nacionais” (IANNI, 2004, p. 53). Mesmo dentro de um projeto que não contrarie o sistema de mercado, a busca por ampliar a extração de mais-valia, termina por limitar a atuação do Estado, impondo-lhe um espaço de atuação muito estreito. Impedido por seu caráter de classe de contrariar a lógica de mercado, o Estado, mais cedo ou mais tarde acaba sacrificando os direitos dos trabalhadores ao sistema.

A busca por sustentabilidade, desenvolvimento sustentável, gestão social, entre outras, longe de levar a superação do capitalismo, apenas contribuem para sua efetivação, ao integrarem territórios inteiros ao sistema, uma vez que são as relações entre os homens mediadas pelos produtos do trabalho, que fundamentam a sociedade capitalista, ao mesmo tempo em que encobrem o caráter de exploração destas relações.

Desse modo, de acordo com a teoria marxiana, somente com a superação do modo de produção capitalista e o conseqüente domínio do Estado pelos trabalhadores é que se poderá ultrapassar os limites impostos pelo capital a fim de que os direitos e serviços, atualmente negados às classes desfavorecidas, poderão ser universalizados. Os trabalhadores precisam se apossar do Estado e transformá-lo, tendo que utilizar

(...) o seu domínio político para arrancar, pouco a pouco, todo o capital das mãos da burguesia, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, isto é, do proletariado organizado como classe dominante, e para aumentar o mais rapidamente possível o total das forças produtivas (MARX & ENGELS, 2015, p. 87)

<p><b>VI seminário CETROS</b>  <b>CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL</b>  desafios para a classe trabalhadora</p>	
<p>22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE  (Auditório Central - Campus do Itaperi)</p>	
<p>ISSN: 2446-8126</p>	

Seria este o caminho para a diminuição das desigualdades sociais e para o fim da exploração do trabalho do homem pelo homem. Superar o Estado burguês e não reformá-lo. Reafirmar a urgência da superação do Estado Burguês é reafirmar a urgência do marxismo e de seu método para os dias atuais.

## Referências

CHACON, Suely Salgueiro. **O Sertanejo e o caminho das águas: políticas públicas, modernidade e sustentabilidade no semiárido**. Fortaleza: BNB, 2007

ENGELS, Friedrich. Sobre a importância da luta política. *In: Trabalhadores, uni-vos: Antologia política da I Internacional*. Org.: Marcello Musto. São Paulo: Boitempo, 2014

FRIGOTTO, Gaudêncio.. **Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio**. In: \_\_\_\_\_.; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. (Orgs.) Ensino médio integrado: Concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2005

GRESPLAN, Jorge. Crítica da Economia Política, por Marx. *In: Curso livre Marx-Engels: a criação destruidora*. Org. José Paulo Netto. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2015

IANNI, Octavio. **Capitalismo, violência e terrorismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2002

MARX, Karl. **Miséria da filosofia**. São Paulo: Martin Claret, 2008

MARX, Karl. Sobre a comuna. *In: Trabalhadores, uni-vos: Antologia política da I Internacional*. Org.: Marcello Musto. São Paulo: Boitempo, 2014

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Trad. Frank Müller. Sumaré/SP: Martin Claret, 2006

MARX, Karl; ENGELS Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Edipro, 2015.



**VI seminário CETROS**  
**CRISE e MUNDO do TRABALHO no BRASIL**  
 desafios para a classe trabalhadora

---

22, 23 e 24 de Agosto de 2018 - UECE  
 (Auditório Central - Campus do Itaperi)

ISSN: 2446-8126



MARTORANO, Luciano Cavini. **A burocracia e os desafios da transição socialista**. São Paulo: Xamã, 2002.

MASCARO, Alysson Leandro. A crítica do Estado e do direito: a forma política e a forma jurídica. In: **Curso livre Marx-Engels: a criação destruidora**. Org. José Paulo Netto. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2015

MENDES, Ana Maria Coelho Pereira; SOUZA-LIMA, José Edmilson de; HAMMERSCHMIDT, Karina Silveira de Almeida; LOURENÇO, Marcus Santos; GUARAGNI, Marcus Vinícius. Políticas públicas, desenvolvimento e as transformações do Estado brasileiro. In: **Políticas públicas e indicadores para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Saraiva, 2010.

OLIVEIRA, Lilian Haffner da Rocha. A teoria do valor em Marx e a organização do trabalho coletivo na escola: elementos para uma reflexão crítica. In: **A teoria do valor em Marx e a educação**. Org. Vítor Henrique Paro. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

SCHAFF, Elisângela da Silva. Diretrizes do Banco Mundial para a inserção da lógica capitalista nas escolas brasileiras. In: **A teoria do valor em Marx e a educação**. Org. Vítor Henrique Paro. São Paulo: Cortez Editora, 2006

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análises, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2014

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010

SILVA, Christian Luiz da; BASSI, Nadia Solange Schmidt. Políticas públicas e desenvolvimento local. In: **Políticas Públicas e desenvolvimento local: instrumentos e proposições de análise para o Brasil**. Christian Luiz da Silva (org). Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

TRAGTENBERG, Maurício. **Administração, poder e ideologia**. São Paulo: Editora UNESP, 2005

TENÓRIO, Fernando Guilherme. *(Re)Visitando o Conceito de Gestão Social*. **DESENVOLVIMENTO EM QUESTÃO**. Editora Unijuí, ano 3, n. 5, p. 101-124. jan./jun. 2005